

POLÍTICA ECONÔMICA

Redução da presença do governo na economia, promete o presidente

Samuel discurso

7 OUT 1985

GAZETA MERCANTIL

por Célia de Gouvêa Franco de São Paulo

Nos novos tempos políticos inaugurados pela Nova República chegou a hora também de uma mudança radical na postura do governo em relação à economia. Com o fim do autoritarismo político, é o momento de se terminar com o arbítrio governamental na área econômica. O Brasil não pode perder a rara oportunidade de que dispõe agora de conciliar a necessidade de o setor público ter de reduzir seu espaço e de o setor privado estar bem estruturado para fazer essas duas tendências convergirem no sentido da privatização da economia.

Esse foi o ponto central do discurso feito sexta-feira pelo presidente José Sarney durante a cerimônia de entrega dos prêmios às empresas que mais se destacaram no ano passado na avaliação da revista Exame, na sua edição especial "Melhores e Maiores". O presidente falou especificamente na criação de um novo conceito de privatização da economia, através da adoção de medidas que, "sem paternalismo", estimulem a iniciativa privada. Sarney lembrou, por exemplo, a necessidade de se romperem tradições cartoriais, que levam à exigência de autorizações governamentais para qualquer empreendimento particular. E garan-

As empresas vencedoras

As empresas que receberam os prêmios Melhores e Maiores referentes a 1984 foram as seguintes: agropecuária: Sul-Brasil; alimentos: Cultura; automobilístico: Mercedes-Benz; autopeças: Metal Leve; bebidas e fumo: Tabacos Brasileiros; comércio atacadista: Mannesmann Comercial; varejista: Lojas Americanas; comunicações: Abril Cultural; confecções: Guararapes; construção civil: Método; pesada: C.R. Almeida; distribuição de petróleo: Petrobrás; de veículos: Sotraq; eletrônica: Consul; farmacêutico: Tortuga; higiene e

limpeza: Bom Bril; informática: SID; madeira e móveis: Eldai; máquinas: Weg; material de transporte: Valmet; metalurgia: CBA; mineração: Taboça; mineração de não metálicos: Santa Marina; papel e celulose: Manville; plásticos: Mangotex; química e petroquímica: Manguinhos; serviços públicos: Embratel; de transporte: Docenave; siderurgia: Mannesmann; supermercados: Disco; e têxtil: Elizabeth. Dentre todas essas empresas, a SID foi considerada o maior destaque do ano passado.

tiu que será reduzido o número de empresas estatais, através do seu fechamento ou de sua venda ao setor privado.

Em resposta ao discurso do empresário Matias Machline, presidente da SID, a empresa do ano na avaliação da revista Exame, o presidente considerou sintomático que uma empresa do setor de informática tenha sido escolhida, pois isso demonstraria a importância e o acerto da política aprovada pelo Congresso Nacional para esse setor. Em oito anos — o prazo determinado para a reserva de mercado — o País terá implementado uma eficien-

te indústria de informática, garantiu Sarney.

Machline, por sua vez, destacou o novo tipo de vida que a informática está proporcionando, prognosticando que no próximo século será a maior indústria em todo o mundo e marcará um divisor definitivo entre os países que detêm sua tecnologia e os que chegaram atrasados. Em sua opinião, o Brasil está no caminho certo para conseguir dominar esse setor.

E considerou "incompreensíveis" as críticas que têm sido feitas à política de reserva de mercado na área de informática, na medida em que as empre-

sas multinacionais já têm seu espaço no Brasil e, mais, que as empresas brasileiras dessa área, ao se desenvolverem, precisarão cada vez mais importar insumos.

Durante a cerimônia, a que estiveram presentes seis ministros de Estado e dois governadores — Franco Montoro, de São Paulo, e Agripino Maia, do Rio Grande do Norte —, os aplausos mais calorosos e prolongados foram dedicados pela platéia, cerca de mil pessoas, ao empresário Antônio Ermirio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, que recebeu um prêmio em nome da CBA, destaque do setor de metalurgia. Em rápida entrevista antes da festa, ele criticou a possível decisão governamental de elevar os impostos como forma de fechar seu caixa. Mas considerou que o panorama da economia "está melhorando", lembrando que os juros, por exemplo, estão caindo. Hoje, uma aplicação financeira estaria rendendo entre 18 e 19% acima da correção monetária, quando há um mês as taxas eram de 25 a 26%. Ermirio de Moraes comparou ainda a posição dura do FMI em relação aos países endividados, agora mais fortemente contestada, com a posição de um empresário que nega reajustes trimestrais aos seus funcionários num período de inflação de 250%.

"Menor intervenção estatal"

Esse é a íntegra do discurso do presidente José Sarney, na entrega do prêmio "Melhores e Maiores", da revista Exame, sexta-feira, em São Paulo.

"Na oportunidade em que uma das mais respeitáveis publicações econômicas do País homenageia as empresas de destaque nos principais setores produtivos do País, o presidente da República, em nome do governo, comparece para prestigiar o evento, prestigiando a livre iniciativa.

Venho para congratular-me com os empresários selecionados, cujos méritos foram aferidos pelo impiedoso e incorrível mecanismo de julgamento do mercado.

A indicação de uma empresa da área de informática como a melhor do ano tem para o País um significado especial. O sucesso neste setor demonstra o acerto do Congresso Nacional, ao aprovar quase por unanimidade a lei que atribuiu vantagens temporárias a uma área vital para a sustentação do desenvolvimento tecnológico do País.

A resposta do setor está sendo rápida e eficiente. Poderemos, assim, no prazo legal de oito anos, implantar a competência nacional e enfrentar a concorrência internacional em condições equilibradas.

Reforço, mais uma vez, um traço constante ao longo de toda a minha vida política: a crença inabalável no papel da iniciativa privada na redenção econômica do País. É um ato de coerência política criar condições para a liberdade empresarial no País, conforme foi preconizado no programa da Aliança Democrática. O momento é de florescimento de um novo padrão de crescimento para a Nação, enterrando-se, juntamente com o autoritarismo, o arbítrio do governo na economia.

Na verdade, poucas vezes na nossa história tivemos oportunidade tão favorável à alteração da natureza do processo econômico brasileiro. Após décadas de crescimento conduzido pelo gasto público, o País tem de proceder ao ajustamento do setor público, eliminando a ineficiência e sua expansão avassaladora.

O setor privado, apesar de ter atravessado o período recessivo mais dramático da vida econômica do País, completou uma metamorfose, responsável pela recuperação da solvabilidade internacional: voltou-se para a exportação, reduziu drasticamente o conteúdo importado da sua produção e diminuiu rapidamente a relação dívida/recursos próprios de suas empresas. Mesmo atribuindo-se o devido crédito ao setor público pelo sucesso na redução da nossa dependência através do petróleo importado, pode-se afirmar que a agilidade de resposta do setor privado foi a principal responsável pelos êxitos alcançados nos saldos comerciais.

Em consequência, no mo-

mento atual, encontramos com um setor privado bem estruturado, disposto de ociosidade em diversos segmentos e limitado no seu crescimento apenas pelos excessivos níveis dos juros reais domésticos e pela ameaça do gigantismo estatal.

Por outro lado, o setor público está tendo de abrir mão de investimentos prioritários em suas empresas estatais por falta de recursos. Cria-se assim uma feliz convergência entre a pressão doutrinária por mais liberdade empresarial e a realidade econômica, a indicar o caminho da privatização. Deixar passar esta oportunidade significaria amargar mais para a frente a desarticulação do sistema econômico, nas bases em que hoje o concebemos.

O neologismo desestatização — comprometido por uma série de hesitações, fracassos e, principalmente, frustrações — já não tem força para designar o projeto em que o governo se empenha.

O conceito "desestatização" tornou-se, através do seu uso e abuso, liberativo, provocativo e até mesmo polêmico do ponto de vista prático.

É um novo conceito o que hoje venho aqui trazer. A privatização da economia brasileira deve ir mais além da mera venda de ativos do setor público. Ela deve ser compreendida como uma nova postura, na qual a liderança do processo de desenvolvimento econômico passa a ser exercida por um se-

tor privado desvinculado das peias do estatismo.

Todo o governo deve estar engajado neste processo. Ele compreenderá 3 áreas de atuação:

- Criação de condições de desenvolvimento das pequenas e médias empresas, entendida não como mais um programa paternalista, com juros subsidiados e assistencialismo técnico, que só faz viciar o empresário nas benesses governamentais. O objetivo é proporcionar condições de crescimento ao cidadão com ambições empresariais. Estimular sua criatividade, sem transformá-lo no marginal que tem de evadir-se a uma legislação incompatível com o nível de sua operação. Fazer emergir a economia submersa, reconhecer as virtudes do lucro justo, democratizar o acesso ao mercado, eis as diretrizes desta Nação.

- Redução da regulamentação econômica sobre a atividade privada, engajando o Brasil num movimento internacional que vem colhendo resultados inquestionáveis. Ao contrário do aplicável à censura "é proibido proibir", aqui dir-se-á "é proibido autorizar". Temos de romper nossa tradição cartorial, pela qual a herança das corporações de ofício medievais nos impingem os reconhecimentos legais. Toda a regulamentação governamental de um setor, no seu nascedouro, emana do conceito de proteção ao consumidor. Entretanto,

evolui rapidamente para a legitimação de um cartel, que passa a ser o principal (senão o único) defensor da manutenção da intervenção pública no setor.

- Diminuição do número de empresas públicas, quer pela eliminação das desnecessárias, quer por transferências ao setor privado; neste esforço, vamos nos valer de práticas consagradas no mercado para efetivar as transferências, sem jamais deixar margem de dúvida quanto à primazia da defesa do interesse coletivo no processo de negociação. Não esperem que venhamos a perder o comando sobre empresas vinculadas ao interesse nacional, mas tenham a certeza de que nos nossos planos incluiremos as empresas de porte bem mais significativo do que a do bondinho do Corcovado.

Temos pressa, senhores. O momento é de reduzir a participação governamental na economia para concentrá-la no combate à miséria e na eliminação das disparidades regionais. Zelar pela nossa soberania sem a xenofobia. Ousar romper as cadeias do imobilismo para construirmos uma sociedade mais livre. Este o nosso desafio, esta a batalha para a qual os senhores estão compulsoriamente recrutados.

Congratulo-me com os vencedores deste prêmio, que consagra empresários que têm sua vida dedicada ao desenvolvimento e progresso do País. Muito obrigado.